



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31 de março de 2010

## Abreviaturas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
DAL – Departamento de Administração e Logística  
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas  
DN – Decisão Normativa  
DPDT – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico  
ED – Elemento de Despesa  
ESINT – Escola de Inteligência  
GSI – Gabinete de Segurança Institucional  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
PAA – Plano Anual de Atividades  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PPA – Plano Plurianual  
PR – Presidência da República  
RP – Restos a Pagar  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV – Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria  
SIGPLAM – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais  
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência  
SPOA – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

\*\*\*

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	pág.1
2. Dados de identificação: Relatório de Gestão Individual.....	pág.2
3. Gestão orçamentária.....	pág.2
3.1. Informações sobre a gestão orçamentária.....	pág.2
3.1.1. Responsabilidades institucionais.....	pág.2
3.1.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	pág.3
3.1.3. Programa sob responsabilidade da ABIN.....	pág.4
3.1.3.1. Programa.....	pág 4
3.1.3.2. Relação das ações com respectivas áreas de responsáveis.....	pág 4
3.1.4. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	pág.4
3.1.5. Desempenho operacional.....	pág.4
3.1.5.1. Evolução das receitas e despesas.....	pág 4
3.1.5.2. Análise do desempenho.....	pág 4
3.2. Programação orçamentária.....	pág.6
3.2.1. Identificação da unidade orçamentária.....	pág.6
3.2.2. Programação de despesas correntes.....	pág.6
3.2.3. Programação de despesas de capital.....	pág.7
3.2.4. Quadro-resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	pág.7
3.2.5. Análise crítica.....	pág 7
3.2.6. Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	pág.8
3.2.7. Análise crítica.....	pág 8
3.3. Execução orçamentária.....	pág.9
3.3.1. Execução orçamentária de créditos originários da UJ.....	pág.9
3.3.1.1. Despesas por modalidade de contratação.....	pág.9
3.3.1.2. Despesas correntes por grupo e elemento despesas.....	pág.9
3.3.1.3. Despesas de capital por grupo e elemento despesas.....	pág.10
3.3.1.4. Análise crítica.....	pág 10
3.3.2. Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.....	pág.10
3.3.2.1. Despesas por modalidade de contratação.....	pág.10
3.3.2.2. Despesas correntes por grupo e elemento despesas.....	pág.11
3.3.2.3. Despesas de capital por grupo e elemento despesas.....	pág.11
3.3.2.4. Análise crítica.....	pág 11
3.4. Execução orçamentária por programa de Governo.....	pág 11
3.5. Execução física das ações realizadas pela UJ.....	pág.12

3.6. Indicadores institucionais .....	pág.12
4. Recursos humanos .....	pág.12
4.1. Composição dos recursos humanos .....	pág.12
4.2. Composição e custos de RH nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	pág 13
4.3. Análise crítica.....	pág 13
5. Restos a pagar.....	pág.14
5.1. Pagamento de restos a pagar.....	pág.14
5.2. Análise crítica.....	pág.14
6. Cumprimento das deliberações do TCU.....	pág.15
6.1. Diligência.....	pág.15
6. 2. Audiência .....	pág.16
7. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	pág.16
8. Declaração sobre registro de contratos e convênios .....	pág.17
8.1. Registro de contratos no SIASG .....	pág.17
8.2. Registro de convênios, contratos de repasse e termos de parceria no SICONV.....	pág.17
9. Declaração do contador responsável pela UJ.....	pág.17

\*\*\*

## 1. Introdução

O presente Relatório de Gestão Individual se refere à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e tem por objetivo apresentar, ao Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre a gestão orçamentária da unidade no exercício 2009, o cumprimento de metas físicas e financeiras e o registro de dados sobre as atividades de apoio às políticas públicas, tendo como principal cliente o Presidente da República.

A ABIN é um órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e de acordo com a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, lhe compete planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência federal.

A estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação da ABIN foram aprovados pelo Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008.

Cabe ressaltar que, no cumprimento das competências legais, a consecução da atividade de Inteligência em 2009 foi desenvolvida, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pela Agência foram orientadas para a produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a ação governamental e a segurança da sociedade e do Estado. Também se trabalhou na proteção de conhecimentos sensíveis e estratégicos para o País; na prevenção de ações terroristas; no desenvolvimento de tecnologia para a segurança das comunicações; na capacitação e qualificação de servidores para a atividade de Inteligência nas esferas municipal, estadual e federal; no intercâmbio de dados, informações e conhecimentos no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); e na manutenção das condições de funcionamento da infra-estrutura técnica e administrativa.

Seguindo orientação do TCU, cabe registrar que não foram incluídas no Relatório de Gestão as seguintes informações, da parte A do Anexo II da DN 100/2009, por não se aplicarem ao caso da ABIN:

- item nº 4, sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- item nº 6, sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.
- item nº 7, sobre entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.
- item nº 8, sobre o demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame;
- item nº 9, sobre a renúncia tributária; e
- item nº 10, sobre os resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos.

A exemplo de anos anteriores, a expectativa é de que o presente Relatório atenda plenamente às orientações emanadas do TCU. Na hipótese de falhas e incorreções, estamos prontos a adotar providências cabíveis, no propósito de fortalecer o acompanhamento e o controle externo sobre o processo de gestão da ABIN.

## 2. Dados de identificação: Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Gabinete de Segurança Institucional		<b>Código SIORG:</b> 000027	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Agência Brasileira de Inteligência			
<b>Denominação abreviada:</b> ABIN			
<b>Código SIORG:</b> 045104	<b>Código LOA:</b> 20118	<b>Código SIAFI:</b> 110120	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Pública Federal			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 8411-6	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3445-8000	(61) 3445-8680	Fax (61) 3445-8539
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:aplam@abin.gov.br">aplam@abin.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.abin.gov.br">http://www.abin.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco "A", Brasília-DF. CEP: 70.610-905			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008. Regimento Interno, conforme a Portaria nº 037/GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, e alterações na Portaria nº 030/GSIPR/CH/ABIN, de 5 de agosto de 2009. Norma Administrativa nº 001/2008/DG/ABIN, de 4 de agosto de 2008.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
*****			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
110120	Agência Brasileira de Inteligência		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
110120		00001	

## 3. Gestão Orçamentária

### 3.1. Informações sobre a gestão

#### 3.1.1. Responsabilidades institucionais

À ABIN, na condição de órgão central do SISBIN, compete planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

Compete, ainda, à ABIN:

- executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo;

- planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;
- planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;
- avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;
- promover o desenvolvimento de recursos humanos e da Doutrina de Inteligência; e
- realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

No cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolve a atividade de Inteligência, tendo como público-alvo (beneficiário) a Presidência da República e por base os seguintes objetivos:

- Objetivo de Governo: promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- Objetivo setorial: coordenar as atividades de Inteligência; e
- Objetivo específico: desenvolver atividades de Inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade.

### **3.1.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais**

Do ponto de vista estratégico, a Agência atuou em 2009 visando produzir conhecimentos de Inteligência para assessorar o Presidente da República e, de forma mais abrangente, o processo decisório nacional, além de atuar na proteção de conhecimentos sensíveis, no ponto de vista do interesse e da segurança do Estado e da sociedade.

Para isso, a ABIN manteve a sistemática de adequar suas atividades aos objetivos de governo, no sentido de contribuir para a superação das desigualdades sociais e regionais; de fortalecer a coesão social e a unidade territorial; de contribuir para a eficácia no desenvolvimento das políticas públicas, do uso sustentável dos recursos naturais; e de apoiar à integração sul-americana e a paz mundial.

A Agência cumpriu suas atribuições com base nas Orientações Estratégicas da Presidência da República para a área de Segurança Institucional, nas diretrizes ministeriais emanadas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) para a atividade de Inteligência, nas prioridades estabelecidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), na Lei nº. 9.883, de 07 de dezembro de 1999, no Plano Plurianual (PPA 2008-2011) e nas disposições do Regimento Interno da ABIN.

No plano operativo, de curto prazo, as atividades de Inteligência da ABIN foram orientadas pelo Plano Anual de Atividades (PAA), mediante a consecução de metas e ações inscritas em projetos específicos, a exemplo de: produção de conhecimentos, salvaguarda de assuntos estratégicos, capacitação de servidores, desenvolvimento científico e tecnológico, gestão de pessoas, e administração e orçamento.

Quando considerado os horizontes de médio e longo prazo, em 2009 teve início processo interno com o objetivo de avaliar e rearticular o planejamento estratégico, de modo a consolidar o papel da Agência como órgão essencial ao País e, associada a essa visão, a consecução eficiente da atividade de Inteligência, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado brasileiro.



### 3.1.3. Programa sob responsabilidade da ABIN

#### 3.1.3.1. Programa: 0641 – Inteligência Federal.

#### 3.1.3.2. Relação das ações com respectivas áreas responsáveis

AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	DAL
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.	DAL
2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.	DAL
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.	DAL
2A80 – Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência.	ESINT
2188 – Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Estratégicos.	DPDT
2272 – Gestão e Administração do Programa.	DAL
2488 – Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações.	DPDT
2671 – Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações e Transmissão de Dados.	DPDT
2684 – Ações de Inteligência.	SPOA
2867 – Remuneração dos Militares das Forças Armadas.	DAL
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	DGP
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	DAL
119M – Reforma do Edifício-Sede da Agência Brasileira de Inteligência em Brasília-DF.	DAL

Fonte: SIGPlan

#### 3.1.4. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Em 2009 as metas físicas previstas para as ações orçamentárias sob responsabilidade da ABIN foram cumpridas, algumas superando os valores especificados no Programa 0641 – Inteligência Federal.

A ação 119M – Reforma do Edifício-Sede da Agência Brasileira de Inteligência em Brasília-DF não foi contemplada com recursos orçamentários. Em fins de 2008 foi concedido crédito especial para essa ação, posteriormente reaberto em 2009. Entretanto, a ausência de limite financeiro inviabilizou a execução física e financeira.

A Agência terminou o ano com bloqueio de créditos orçamentários na ordem de R\$8.716.087,65, assim constituído: R\$ 1.561.092,58 em investimentos e R\$7.154.995,07 em outras despesas correntes, excluídas as de pessoal e benefícios.

A execução financeira dos recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA) atingiu 92%.

#### 3.1.5. Desempenho operacional

##### 3.1.5.1. Evolução das receitas e despesas

Valores em R\$ 1,00

ANO	LOA	LOA + CRÉDITO	EXECUTADO	
			VALOR	%
2009	260.932.003	273.711.967	251.936.800	92,05
2008	182.365.469	239.372.527	206.217.020	92,51
2007	189.580.345	200.825.357	154.830.147	86,70

Fonte: SIGPlan

##### 3.1.5.2. Análise do desempenho

Em 2009 as ações desenvolvidas visaram a produção de conhecimentos sobre assuntos vinculados à dimensão nacional e internacional dos interesses do País, considerando a ocorrência de

ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a gestão e a ação governamental federal, em nível de condução das políticas públicas.

Para tanto, durante o ano foram elaborados 963 Relatórios de Inteligência com abordagens de temas e assuntos variados, afetos às áreas de Inteligência Estratégica, Contra-Inteligência e Contraterrorismo. No conjunto, o produto da atividade de Inteligência incluiu conteúdos relativos a terrorismo; aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional; segurança pública e crime organizado; atuação de estrangeiros no País, meio ambiente e biodiversidade; questões fundiárias; questões indígenas; cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas; espionagem; sabotagem; proteção de conhecimentos sensíveis; programa nuclear; comércio ilegal de armas, explosivos e munições; atuação de organizações não-governamentais; biossegurança e biodefesa; tráfico de pessoas; situação de brasileiros em áreas de fronteira; cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países; e exploração de recursos minerais.

Dentre os usuários da produção de conhecimentos gerada pela ABIN em 2009 estão os Ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Saúde, das Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Comunicações, do Trabalho e Emprego, da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Justiça e da Defesa. Afora os segmentos setoriais da administração pública federal, mencionam-se ainda alguns órgãos que receberam conhecimentos originários da ABIN, a exemplo do Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais/Ministério da Defesa, do Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça, dos Centros de Inteligência da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); da Coordenação Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais/Ministério das Relações Exteriores, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras/Ministério da Fazenda, das Secretarias de Segurança Pública e de Polícias Militares de unidades da Federação.

Em 2009 a ABIN também deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), cuja finalidade é sensibilizar e incrementar a adoção de práticas preventivas de proteção por instituições e organizações públicas e privadas. Nesse sentido, foram realizados diagnósticos em 32 entidades, promovidos eventos e assinados acordos e convênios com detentores de conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do País.

Outra atividade importante foi o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), executado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa iniciativa fez com que o Brasil se transformasse em um dos primeiros países do mundo a cumprir integralmente a Resolução nº 1.540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada em 28 de abril de 2004, que incentiva os governos a criarem mecanismos de orientação às indústrias, empresas, universidades, centros de pesquisas e ao público sobre a legislação que restringe o comércio de bens sensíveis.

Seu objetivo é prevenir e impedir atividades de atores estatais ou não-estatais que utilizam o comércio internacional para apoiar de forma ilegal projetos de construção de armas de destruição em massa. As equipes do Pronabens realizaram visitas técnicas a diversas empresas, com o objetivo de orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material e tecnologia sensíveis.

Na parte de capacitação profissional em atividades de Inteligência foram oferecidos 58 cursos, que resultaram no treinamento de 1.673 pessoas em 2009, alcançando quadros da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), de outros órgãos públicos do Executivo Federal e da Administração Pública estadual, de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e Estadual, além de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros. Em geral, no treinamento dos recursos humanos, destacou-se a priorização do incremento das capacidades analítica e operacional, de modo a atender a demanda originária das diversas instituições e organizações parceiras.

Na área de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas pesquisas em criptografia baseada no emparelhamento bilinear, monitoração de ambientes computacionais seguros e desenvolvimento de computação em “GRID”.

Na parte específica de comunicações, foi finalizado o desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-NML), destinado a suprir a administração pública federal de sistema de telefonia fixa com segurança criptográfica. Deu-se, ainda, continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-M) para telefonia móvel; à implementação de plataformas criptográficas na versão portátil, visando a segurança de arquivos em computadores, e na versão de alto desempenho, para o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas.

Com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ABIN colaborou na preparação do processo eleitoral para 2010, produzindo o sistema de criptografia para transmissão segura do boletim de urna eletrônica.

Ao Ministério das Relações Exteriores, foi prestada consultoria para garantir segurança das comunicações entre a sede, em Brasília, e as embaixadas no exterior.

Ainda na área de tecnologia, foi consolidada rede segura para a transmissão de dados entre a sede da ABIN, em Brasília, e as superintendências localizadas nas unidades da Federação. Além disso, foram instalados equipamentos criptográficos com algoritmos proprietários ABIN em órgãos parceiros do SISBIN, ampliando a segurança no sistema de comunicações.

### 3.2. Programação orçamentária

#### 3.2.1. Identificação da unidade orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	20118	110120

#### 3.2.2. Programação de despesas correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	169.724.675	308.821.105	0	0	44.173.888	49.506.000	
	PLOA	169.724.675	308.821.105	0	0	44.173.888	49.506.000	
	LOA	169.724.675	308.821.105	0	0	44.173.888	43.247.477	
CRÉDITOS	Suplementares	67.207.224	7.113.000	0	0	0	8.625.592	
	Especiais	Abertos						19.588
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		0	18.500.000	0	0	0	2.078.500	
Outras Operações								
<b>Total</b>		236.931.899	297.434.105	0	0	44.173.888	49.814.157	

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.2.3. Programação de despesas de capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	6.604.309	5.337.000	0	0	0	0	
	PLOA	6.604.309	5.337.000	0	0	0	0	
	LOA	6.604.309	5.337.000	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	12.638.084	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	12.638.084	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	13.537.800	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>19.242.393</b>	<b>4.437.284</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.2.4. Quadro-resumo da programação de despesas e reserva de contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	213.898.563	314.158.105	6.604.309	5.337.000	0	0	
	PLOA	213.898.563	314.158.105	6.604.309	5.337.000	0	0	
	LOA	213.898.563	314.158.105	6.604.309	5.337.000	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	67.207.224	7.113.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	12.638.084	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	12.638.084	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	20.578.500	0	13.537.800	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>281.105.787</b>	<b>300.692.605</b>	<b>19.242.393</b>	<b>4.437.284</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.2.5. Análise crítica

Quando da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA no Congresso Nacional houve um corte nas despesas de custeio da ABIN na ordem de R\$ 6.258.523,00 para o exercício financeiro de 2009. Isso correspondeu a 15,02% do valor inicialmente previsto e impactou negativamente no crédito orçamentário disponibilizado na LOA para atendimento total das demandas existentes, geradas no próprio exercício e de processos remanescentes do exercício de 2008.

Comparando-se a LOA de 2009 com a do ano anterior, constata-se que houve um decréscimo monetário de R\$ 562.696,00. Essa situação foi inversamente proporcional ao

significativo acréscimo de demandas administrativas e finalísticas ocorridas em fins de 2008, com reflexos orçamentários e financeiros em 2009.

Para superar essa situação, foi solicitado crédito suplementar, mas sua aprovação pelo Congresso Nacional ocorreu em dezembro, sendo que a efetiva disponibilização orçamentária no SIAFI foi registrada somente em 28 de dezembro de 2009. Em consequência, não houve tempo hábil para utilização do crédito.

### 3.2.6. Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	200014	06.122.0641.2272.0001	4.307	0	0
		110197	06.122.0641.2272.0001	0	0	181.785
	Recebidos	110322	06.122.0641.2272.0001	0	0	104.837
		110382	04.122.1004.6215.0001	0	0	27.489
Externa	Concedidos	170100	06.122.0641.2272.0001	0	0	70.982
		170131		0	0	479.291
		170214		0	0	191.254
		170344		0	0	69.545
		170345		0	0	19.708
		173057		0	0	453.548
		250013		0	0	7.071
		510001		0	0	28.277
	Recebidos	201002	04.121.0802.4505.0001	0	0	2.210
		201002	04.121.0802.8861.0001	0	0	3.609
		160509	05.153.0620.2904.0001	0	0	27.824
		110407	05.722.1057.4222.0001	0	0	29.750
		330002	09.271.0087.8452.0001	0	0	248.103
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.2.7. Análise crítica

As Movimentações Orçamentárias em 2009 atenderam às expectativas da instituição, tanto nos recebimentos, quanto nas concessões de crédito.

Quase 100% dos créditos concedidos pela ABIN dizem respeito a rateios de despesas junto a outros órgãos federais, haja vista que diversas superintendências estaduais não ocupam instalações próprias.

No caso dos créditos recebidos, foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para serviços gráficos.

A ABIN também recebeu destaque do Ministério da Previdência Social relativo a acordo de cooperação técnica.

Quanto aos valores movimentados, não houve impacto significativo quanto ao uso de recursos geridos pela UJ.

### 3.3. Execução orçamentária

#### 3.3.1. Execução orçamentária de créditos originários da UJ

##### 3.3.1.1. Despesas por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	<b>22.195.676</b>	<b>16.348.988</b>	<b>22.195.676</b>	<b>16.348.988</b>
Convite	31.157	0	31.157	0
Tomada de Preços	157.985	120.497	157.985	120.497
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	22.006.534	16.228.492	22.006.534	16.228.492
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>	<b>4.848.755</b>	<b>5.879.847</b>	<b>4.848.755</b>	<b>5.879.847</b>
Dispensa	3.422.777	4.878.094	3.422.777	4.878.094
Inexigibilidade	1.425.979	1.001.752	1.425.979	1.001.752
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>5.836.265</b>	<b>7.148.874</b>	<b>5.836.265</b>	<b>7.148.874</b>
Suprimento de Fundos	5.836.265	7.148.874	5.836.265	7.148.874
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>238.853.406</b>	<b>296.010.703</b>	<b>238.853.406</b>	<b>296.010.703</b>
Pagamento em Folha	236.048.292	293.650.706	236.048.292	293.650.706
Diárias	2.805.114	2.359.997	2.805.114	2.359.997
<b>Outros</b>	<b>9.115.848</b>	<b>12.714.830</b>	<b>9.115.848</b>	<b>12.714.830</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

##### 3.3.1.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesas

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>236.048.292</b>	<b>294.350.706</b>	<b>235.698.292</b>	<b>294.350.706</b>	<b>350.000</b>	<b>0</b>	<b>235.698.292</b>	<b>294.350.706</b>
1º ED - 319011	136.124.430	173.827.241	136.074.430	173.827.241	50.000	0	136.074.430	173.827.241
2º ED - 319001	54.946.257	68.785.980	54.946.257	68.785.980	0	0	54.946.257	68.785.980
3º ED								
319113	26.905.748	0	26.905.748	0	0	0	26.905.748	0
319003	0	11.869.818	0	11.869.818	0	0	0	11.869.818
<b>Demais ED</b>	<b>18.071.856</b>	<b>39.867.667</b>	<b>17.771.856</b>	<b>39.867.667</b>	<b>300.000</b>	<b>0</b>	<b>17.771.856</b>	<b>39.867.667</b>
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>39.402.294</b>	<b>41.106.747</b>	<b>39.402.294</b>	<b>41.106.747</b>	<b>7.881.410</b>	<b>8.233.957</b>	<b>23.678.722</b>	<b>28.720.451</b>
1º ED - 339039	21.533.274	22.704.747	14.787.891	22.704.747	6.745.383	6.716.534	14.787.891	19.214.463
2º ED - 339093	4.814.274	4.864.714	4.814.274	4.864.714	0	31.396	517.376	669.984
3º ED								
339014	2.670.983	0	2.670.983	0	0	0	2.670.983	0
339046	0	2.763.143	0	2.763.143	0	0	0	2.763.143
<b>Demais ED</b>	<b>10.202.786</b>	<b>10.330.320</b>	<b>16.948.169</b>	<b>10.330.320</b>	<b>1.136.028</b>	<b>1.486.028</b>	<b>5.521.496</b>	<b>5.629.038</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.3.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>	<b>5.580.341</b>	<b>2.875.455</b>	<b>5.580.341</b>	<b>2.875.455</b>	<b>3.748.529</b>	<b>2.518.393</b>	<b>1.831.812</b>	<b>357.062</b>
1º ED - 449052	5.580.341	2.875.192	5.580.341	2.875.192	3.748.529	2.518.393	1.831.812	356.799
2º ED - 449092	0	263	0	263	0	0	0	263
Demais ED	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização Da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.3.1.4. Análise crítica

O corte de recursos no Congresso Nacional e o bloqueio de créditos orçamentários das dotações aprovadas na LOA de 2009 afetaram, principalmente, a consecução de atividades nas áreas finalística e de suporte administrativo da ABIN.

No ano de 2008 foram programadas várias ações, consignadas com o envio de diversos processos oriundos, entre outros, das unidades de Inteligência, da Escola de Inteligência e das superintendências estaduais, a serem executadas naquele exercício, mas com reflexo monetário no período de 2009. Contudo, em decorrência das condicionantes restritivas, já relatadas, a ABIN não conseguiu executar as demandas, em prejuízo principalmente da efetividade no processo de produção de conhecimentos.

### 3.3.2. Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

#### 3.3.2.1. Despesas por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	<b>180.976</b>	<b>225.608</b>	<b>180.976</b>	<b>225.608</b>
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	180.976	225.608	180.976	225.608
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>	<b>0</b>	<b>4.057</b>	<b>0</b>	<b>4.057</b>
Dispensa	0	4.057	0	4.057
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>0</b>	<b>214.157</b>	<b>0</b>	<b>214.157</b>
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	214.157	0	214.157
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.3.2.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesas

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>180.976</b>	<b>443.822</b>	<b>180.976</b>	<b>443.822</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>180.976</b>	<b>443.822</b>
1º ED - 339014	0	201.588	0	201.588	0	0	0	201.588
2º ED - 339030	180.976	162.360	180.976	162.360	0	0	180.976	162.360
3º ED - 339033	0	33.946	0	33.946	0	0	0	33.946
<b>Demais ED</b>	<b>0</b>	<b>45.928</b>	<b>0</b>	<b>45.928</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>45.928</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.3.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

### 3.3.2.4. Análise crítica

Em 2009, os créditos recebidos foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para serviços gráficos.

A ABIN também recebeu destaque do Ministério da Previdência Social relativo a Acordo de Cooperação Técnica.

### 3.4. Execução orçamentária por Programa de Governo

Considerando o previsto na Lei nº 11.653/2008, observado ainda o contido na Portaria - TCU nº389, de 21 de dezembro de 2009, este item não se aplica à UJ, no tocante à responsabilidade por gerir programa de Governo inscrito no Plano Plurianual (PPA).



### 3.5. Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
06	301	0641	2004	A	4	Pessoa beneficiada	8.274	3.884	5.508
06	365	0641	2010	A	4	Criança atendida	120	123	157
06	331	0641	2011	A	4	Servidor beneficiado	901	691	529
06	306	0641	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.289	1.417	1.711
06	128	0641	2A80	A	4	Pessoa capacitada	549	1.821	900
06	572	0641	2188	A	4	Pesquisa desenvolvida	4	4	4
06	122	0641	2272	A	4	-	-	-	-
06	572	0641	2488	A	4	Produto desenvolvido	3	3	3
06	722	0641	2671	A	4	Sistema mantido	1	1	3
06	183	0641	2684	A	4	Ação realizada	650	963	775
06	122	0641	2867	A	4	Militar remunerado	43	42	49
06	128	0641	4572	A	4	Servidor capacitado	165	414	1.200
06	122	0641	09HB	OP	4	-	-	-	-
06	122	0641	119M	P	4	Sede reformada	1	0	0

### 3.6. Indicadores institucionais

A ABIN utilizou em 2009, conforme registro no SIGPlan, a Taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do processo decisório nacional, expresso pela relação percentual entre o número de relatórios de Inteligência avaliados e o total de relatórios difundidos para a Presidência da República.

## 4. Recursos humanos

### 4.1. Composição dos recursos humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	<b>1.521</b>	<b>2.739</b>	<b>2.739</b>
Próprios	1.309	2.739	1.617
Requisitados *	212	0	0
<b>Celetistas **</b>	<b>172</b>	<b>172</b>	<b>0</b>
<b>Cargos de livre provimento</b>	<b>221</b>	<b>228</b>	<b>228</b>
Estatutários	217	228	228
Não Estatutários	4	0	0
<b>Terceirizados</b>	<b>255</b>	<b>255</b>	<b>255</b>
<b>Total</b>	<b>2.169</b>	<b>3.394</b>	<b>3.222</b>

Fonte: DGP/ABIN

Observações:

\* O quantitativo de requisitados refere-se aos servidores cedidos por outros órgãos.

\*\* Empregados anistiados, conforme a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

## 4.2. Composição e custos de recursos humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Valores em R\$ 1.000,00

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	1.391	67.357,66	0	32.828,21	500,04	195,60		
2008	1.384	107.049,08	0	26.986,17	589,10	111,21		
2009	1.527	142.450,54	0	27.330,22	512,01	84,17		
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	172	1.837,66	0	0	40,21	0		
<b>Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	11	338,93	0	0	0	0		
2008	12	534,91	0	0	0	0		
2009	11	550,19	0	0	0	0		
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	23	1.921,92	0	0	0	0		
2008	23	2.288,01	0	0	0	0		
2009	20	2.187,13	0	0	0	0		
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	207	724,17	0	0	0	0		
2008	215	965,17	0	0	0	0		
2009	195	1.106,41	0	0	0	0		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoyo Administrativo		Atividades de Área-Fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	188	3.464,89	4	650,92	0	0	0	0
2008	201	3.898,46	30	107,20	0	0	0	0
2009	229	4.791,10	26	644,16	0	0	0	0

Fonte: DAL/DGP/ABIN

## 4.3. Análise crítica

Com a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, os servidores do quadro de pessoal da ABIN foram distribuídos em carreiras e cargos específicos, sendo remunerados de duas formas: os integrados às carreiras então criadas passaram a receber por subsídio, em parcela única; os que permaneceram ocupando os cargos e não foram integrados às carreiras, continuaram recebendo a composição de vencimento básico, gratificação de desempenho – esta equivale a cerca de 60% da remuneração – e vantagens pessoais.

Em 2009 a ABIN proveu 47 cargos de Oficial de Inteligência e 27 de Agente de Inteligência, ambos pertencentes às carreiras recém-criadas e com atribuições correspondentes às atividades finalísticas da Agência.

A Lei 11.776/08 criou 240 cargos para a carreira de Oficial Técnico de Inteligência, de nível superior, e 200 para a de Agente Técnico de Inteligência, de nível intermediário, visando atender demandas de suporte à atividade de Inteligência, as quais são supridas por servidores efetivos da ABIN, remanescentes dos órgãos antecessores, ocupantes de 106 diferentes cargos.

A Agência solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para concurso para 50 Oficiais Técnicos e 30 Agentes Técnicos de Inteligência, mas não a obteve em 2009.

Em cumprimento à Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, ao longo do ano de 2009 a ABIN readmitiu 172 servidores, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Eles tinham sido demitidos em 1990, durante o Governo Collor, e são detentores de empregos variados e remuneração calculada com base na situação salarial à época do desligamento.

Essa diversidade no quadro de pessoal da ABIN, em termos de situação funcional, origem e enquadramento, e a diferença que se estabeleceu no padrão de remuneração, com especial prejuízo para as aposentadorias, gerou desafios gerenciais.

No que diz respeito aos cargos de suporte técnico, tanto de nível superior como intermediário, o órgão ainda enfrenta uma situação desconfortável, gerada pela falta de solução que permita o enquadramento dos servidores nos cargos de carreira. A Agência buscou, especialmente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, soluções que pudessem minimizar os problemas, mas isso não reduziu o potencial de conflitos. A situação ideal, considerando as peculiaridades de funcionamento da ABIN, seria a correção dos desequilíbrios existentes, mediante o enquadramento de todos os cargos existentes antes da Lei nº 11.776, de 2008, nos cargos das quatro carreiras de Inteligência.

Ainda no tocante à adequação dos recursos humanos, há carência de pessoal em vários segmentos, em termos quantitativos e qualitativos. Cita-se especialmente a área da tecnologia da informação, em razão de sua importância para a modernização de processos e ganho de eficiência nos variados segmentos de atividade do órgão.

Em 2003, a Lei nº 10.667 criou 1.600 cargos efetivos de Analista de Informações, de nível superior (hoje denominado Oficial de Inteligência), e 300 cargos efetivos de Assistente de Informações, de nível intermediário (hoje, Agente de Inteligência), para provimento gradual, a partir daquele ano. Desde então, a ABIN proveu somente 225 cargos de Oficial de Inteligência. Desde 2008, e durante 2009, realizou-se novo certame, destinado ao provimento de mais 160 cargos de nível superior e 30 de Agente de Inteligência. Contudo, esse número está aquém do efetivo ideal para o pleno funcionamento da instituição.

Situação assemelhada ocorre com os cargos das carreiras de ciência e tecnologia que fazem parte do quadro funcional da ABIN. Em 2009 foram providos 5 vagas no cargo de Tecnologista Júnior, com servidores oriundos de concurso público realizado em 2008 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Em realidade, o efetivo existente também é insuficiente para o desempenho das competências legais atribuídas ao órgão, principalmente no tocante ao desenvolvimento de tecnologia na área de segurança da informação e das comunicações.

A aprovação para novos concursos, obviamente acompanhada de orçamento compatível, permitiria à Agência a expansão de suas atividades, com benefícios para o eficiente assessoramento às instâncias decisórias do País.

## 5. Restos a pagar

### 5.1. Pagamento de restos a pagar

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.855.131	0	239.096	1.616.034
2007	868.003	758.235	109.768	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	17.509.145	2.052.341	15.441.891	14.912
2007	9.115.251	333.421	8.781.830	0

Fonte: SIAFI Gerencial

### 5.2. Análise crítica

A inclusão dos saldos de restos a pagar deve-se ao fato dos vencimentos contratuais relativo às faturas do mês de dezembro só ocorrem no exercício seguinte, bem como apresentam

prazos de entrega de materiais ou realização de serviços no decorrer do ano subsequente. A gestão dos saldos inscritos em restos a pagar, tanto do Processados como os Não-Processados, não teve influência na gestão financeira desta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2009. A permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro é decorrente das peculiaridades das atividades e necessidades do Órgão.

O Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, validou a prorrogação dos Restos a Pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

## 6. Cumprimento das deliberações do TCU

### 6.1. Diligência

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência					045104
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.333/2008-1	-	-	DI	Ofício TCU/SECEX-6 nº 974/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência					045104
Descrição da Deliberação:					
<p>O TCU solicitou, tendo em vista o saneamento do Processo TC 011.333/2008-1, referente à Tomada de Contas da Agência Brasileira de Inteligência-PR, exercício de 2007, e com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/92, que a ABIN, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, encaminhasse à SECEX/TCU os documentos requeridos pela DN/TCU nº 85/2007, conforme abaixo indicado:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão (Anexo II – item 11).</li> <li>Demonstrativos relacionados às Tomadas de Contas Especiais (Anexo II – item 12).</li> <li>Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido (Anexo II – item 13).</li> <li>Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal (Anexo II – item 14).</li> <li>Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição dos fatos sob apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares (Anexo V – item 7).</li> </ol>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística					045104
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Diligência foi atendida por intermédio do Ofício nº 040/ABIN/GSI/PR, de 12 de agosto de 2009, remetido à SECEX/TCU, informando os dados abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Encaminhado à SECEX/TCU uma declaração da unidade de pessoal, atestando quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão (Anexo II – item 11), da DN/TCU nº 85/2007.</li> <li>Informado que demonstrativo relacionado às tomadas de contas e Especiais (Anexo II – item 12), da DN/TCU nº 85/2007, não se aplicava a esta unidade jurisdicionada.</li> <li>Informado que o demonstrativo contendo dados relativos às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades, em que o dano foi imediatamente ressarcido (Anexo II – item 13), da DN/TCU nº 85/2007, não se aplicava a esta unidade jurisdicionada.</li> <li>Informado que o demonstrativo sintético das tomadas de contas especiais, cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal (Anexo II – item 14), da DN/TCU nº 85/2007, não se aplicava a esta unidade jurisdicionada.</li> <li>Encaminhado à SECEX/TCU um relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição dos fatos sob apuração pelas comissões de inquérito em processos administrativos disciplinares instaurados no exercício (Anexo V – item 7).</li> </ol>					

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Constatou-se que depois de tomadas as providências acima citadas, esta Unidade Jurisdicionada entende que a remessa das informações solicitadas, no sentido de regularizar a situação ocorrida foram adotadas e, doravante, não mais repetir-se-ão. Desta maneira, a administração da ABIN ratifica seu permanente intento de manter-se alinhada aos ditames legais, bem como em relação ao cumprimento dos atos normativos desse Tribunal.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Nada houve a registrar.

## 6.2. Audiência

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Agência Brasileira de Inteligência					045104
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.329/2009-7	2009/2009-PL	9.4	CI	Ofício TCU/SEMAG nº 2129/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Agência Brasileira de Inteligência					045104
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.4. Determinar a realização de audiência do Sr Secretário do Tesouro Nacional – STN e dos responsáveis pelas Unidades Gestoras do Poder Executivo, em cujos registros contábeis foram constatados gastos com benefícios assistenciais (auxílio-funeral) à conta de recursos relacionados à previdência de servidores públicos, contrariando o disposto no art. 5º da Lei nº 9.717/98, combinado com o art. 18 da Lei nº 8.213/91 e a determinação constante do subitem 9.8.2 do Acórdão TCU – Plenário nº 404/2005, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem razões de justificativa a respeito da referida irregularidade.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística					045104
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Item 9.4. – A determinação foi atendida por intermédio do Ofício nº 715-DAL/SPOA/ABIN/GSI/PR, de 6 de outubro de 2009, remetido ao Tribunal de Contas da União – TCU, informando que esta unidade gestora, após ter tomado conhecimento das informações sobre a matéria em pauta, determinou que a área de execução orçamentária e financeira realizasse os ajustes contábeis necessários para corrigir a irregularidade constatada. Também, foi informado que o ordenador de despesas determinou àqueles gestores que não mais adotem os procedimentos inicialmente realizados, os quais geraram as inconsistências entre as contas de auxílio funeral e previdência, havendo, inclusive o cancelamento do detalhamento da natureza de despesa 3190.08.03 para 3190.00.00, referente aos créditos orçamentários da seguridade social nas fontes 0100, 0156 e 0169.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Depois de tomadas as providências acima citadas, esta unidade jurisdicionada entende que as providências cabíveis, no sentido de regularizar a situação ocorrida, foram adotadas. Desta maneira, a administração da ABIN ratifica seu permanente intento de observância dos ditames legais, incluídas as recomendações emanadas pelo TCU.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Nada houve a registrar.					

## 7. Atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

A UJ encaminhou à Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República (CISET/CC/PR) todos os atos relativos à admissão, desligamento e concessão de aposentadoria e pensão civil do exercício de 2009, nos termos do previsto no art. 7º da Instrução Normativa nº 55/2007-TCU.

Entretanto, por razões de caráter administrativo e problemas na área de tecnologia da informação, não foi possível o registro no SISAC dos dados relativos à admissão (na quantidade de 185) e de desligamento (na quantidade de 16). A UJ adotará providências para complementar os procedimentos exigidos, uma vez sanados os problemas técnicos.

## 8. Declaração sobre registro de contratos e convênios

### 8.1. Registro de contratos no SIASG

As informações referentes a contratos firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

### 8.2. Registro de convênios, contratos de repasse e termos de parceria no SICONV

Esta UJ não possui convênios, contratos de repasse e termos de parceria passíveis de registro no SICONV.

## 9. Declaração do contador responsável pela UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa (UJ):		Código da UG:	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA		110120	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2009, constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	19 Fev 2010
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	DF 9686

Brasília-DF, 31 de março de 2010

WILSON ROBERTO TREZZA  
Diretor-Geral